ESPÓLIO PINTO QUARTIN
Nº 730 Dr. 196

Nº 12 7 de Novembro de 1946 Prêço mínimo $50

DEMOCRACIA

"Façamos tudo para que a Nação volte de novo a ser bafejada pela Liberdade" -A. Lincoln

JORNAL ANTI-FASCISTA CLANDESTINO, INTEGRADO NO MUNAF

"EM NOME DO EXÉRCITO..."

A revolução militar do "28 de Maio" correspondeu, em larga medida, a um imperativo nacional. O povo achou bem que o Exército fizesse sentir aos governantes que eles trilhavam caminho errado, entregues às lutas políticas partidárias, nascidas dum Parlamento habilmente manejado por escravas cordelinhos.

A Nação estava com o Exército e com os seus propósitos de momento. A revolução triunfante (-o governo de então decidiu evitar a "sangria" dos soldados-) teve o aplauso do povo português, tanto mais que o seu "programa de emergência"- invocado pelos chefes responsáveis e de confiança da "massa republicana"- se limitava a "restabelecer a ordem política".

O acto revolucionário, com este significado, impunha aos "partidos" e aos seus "directórios" uma nova linha de conduta.

Porém, e a breve trecho, foi mudado o curso dos acontecimentos, com o aproveitar das circunstâncias em favor dum plano que visava tornar definitiva -ou a largo prazo- a situação transitória em que o país vivia. E o plano executou-se, em ritmo certo: afastaram-se do "comando" da governação pública os chefes militares mais qualificados, para serem substituídos por elementos civis, membros das hostes do reaccionarismo político e clerical.

A ditadura militar era aproveitada e explorada nas suas fraquezas e dificuldades de ocasião, para ser posta ao serviço dum "grupo" que lhe oferecia o seu salvador.

E como era necessário destruir as forças partidárias que estruturavam a República, passou a fazer-se o ataque sistemático e odiento aos chefes políticos, numa campanha apaixonada e malévola. No entanto, -e vão decorridos mais de 20 anos!- o país espera que seja feita a prova das acusações imputadas aos homens que, de mãos limpas, viveram com nobreza e desinterêsse o seu ideal.

A revolução militar de 1926 perdeu o seu "sentido nacional" para ser uma das acções perturbadoras da vida da República, da série iniciada por Paiva Couceiro e continuada por Sidónio Pais, Pimenta de Castro, etc.

Mas como o "28 de Maio" tinha sido um mero "acidente", houve que dar-lhe um "pensamento político" que fundamentasse a acção futura, para que os civis legitimassem o SEU programa...militar! Em nome do Exército, a ditadura reaccionária lançava as bases da ofensiva política; a coberto do Exército, o grupo salvador executava o seu plano tendencioso; servindo-se do Exército -adulando-o, para o iludir- os novos senhores do mando consolidavam as suas posições iniciais para a conquista de outras, em postos mais avançados, até ao completo domínio de toda a vida nacional.

E assim, tudo hoje se faz (e desde há 20 anos se fez) por invocação do Exército, já que os membros responsáveis do Governo, como os demais elementos em que se apoia, se não esquecem de identificar o Exército com o Governo, como se este fôsse o legítimo intérprete da vontade e dos designios daquele.

A verdade, porém, é que o Exército não pode e não deve continuar a servir de "escudo" a todas as injustiças, arbitrariedades e violências do Governo, sob pena de as tomar como suas. O Exército não pode e não deve ser comprometido pela acção política dos governantes, por mais que estes gritem que actuam em sua representação.

O Exército é, por certo, alheio às perseguições movidas pelo Poder Executivo que afasta, transfere, reforma ou demite dos cargos que exercem com a mais notável proficiência, as pessoas que não comungam do seu credo, como alheio deve estar às violências praticadas pela Polícia Política que prende, maltrata e agride, com requintes inquisitoriais e com absoluto desrespeito pelas leis vigentes, promulgadas pelo próprio e actual governo.

O Exército há-de querer que nas nossas Universidades, Escolas ou Institutos Científicos -como nos mais diversos departamentos do ensino e da cultura- estejam as pessoas mais habeis e idóneas, de mérito reconhecido, e não os "afilhados", os "nulos, os subservientes".

O Exército não pode desejar que se atirem para os campos de con-

"EM NOME DO EXÉRCITO..."

(Cont. da pág. 1)

centração ou que se forcem ao exílio aqueles que têm a coragem de professar ideias contrárias à "situação" -num momento em que os governos de vários paizes do mundo realisam a coligação dos chamados partidos da estrema direita e da estrema esquerda.

(Em França, por exemplo, o católico Snr. Ridault preside ao Ministério que tem a participação dos socialistas e comunistas).

O Exército não pode ter aplaudido a política externa do Governo, durante a guerra, com o conceder de facilidades aos "paizes do eixo", enquanto eram postos a ferro, ou vaiados na praça pública, aqueles de nós que manifestavam a sua simpatia pela vitória das Nações Unidas.

Não foi o Exército a gritar ao mundo, pela boca profética do Chefe do Governo, a sua contribuição valiosa para o triunfo de Franco, na Espanha; a armar a mão que chicoteou a Inglaterra, no caso de Timor; a formular os votos de boa-sorte pela causa de Hitler e Mussolini, com acompanhamento das "sobras" que faltavam nos lares dos nossos trabalhadores; a fazer a cópia servil das instituições para militares de modelo fascista ou nazi...

O Exército não sancionou, por certo, os planos de "educação dirigida", para que nas escolas se entronizasse o "Duce Português", se fizesse do ensino uma mistificação, se deturpasse a história pátria e se conduzisse a mocidade -enquadrada militarmente- em cânticos ao "Fuhrer Lusitano"...

O Exército que ligação pode ter com o "Secretariado da Propaganda Nacional" que dirige e orienta a imprensa portuguesa e compra, a peso de oiro, a estrangeira? Que tem que ver com a Censura e os seus serviços de amordaçamento da opinião pública, para que se calem queixas e protestos e se exibam "notas oficiosas" que se aceitam sem discutir ou criticar?

Como poderia o Governo legislar sobre a "liberdade de imprensa", há tanto prometida e que o Exército, naturalmente, desejaria ver aplicada, se ao Governo convem manter o povo na ignorância, se o Governo estatue prémios e recompensas para a denúncia fácil?

Que responsabilidade é a do Exército no esbanjar dos dinheiros públicos -temos portos e estradas, pontes e monumentos restaurados... sem se tentar resolver sèriamente o grave e instante problema de assistência; no apregoar duma prosperidade financeira, realisada à custa do empobrecimento dos "recursos" da Nação; no iludir das "questões sociais", em vez de as solucionar, como sucede com o "desemprego", o "abono de família", as "caixas de previdência", as "casas do povo", os "bairros económicos" etc.

-Não, ao Exército não pode ser imputada a autoria destes actos do Governo, por mais que este se proclame seu mandatário -a menos que o Exército, activa ou passivamente, manifeste a sua concordância, ratificando a gestão governamental...

Foi o Governo -e não o Exército- que se declarou anti-democrático e anti-parlamentarista, no período áureo do nazi-fascismo, para depois, com a vitória das Nações Unidas, se dizer o campeão da democracia..."orgânica" e das liberdades..."suficientes".

Não foi o Exército, mas o Governo, que instituiu e nomeou uma Assembleia -grotesco arremedo de Parlamento- onde apenas se discute e vota o que o Executivo determine.

É de inspiração italiana -com o que o Exército nada teve que ver- o plano de "organização corporativa", causa de escandalos e negociatas e que, no dizer do "deputado" Dr. Carlos Borges tem sido origem e alimento do "mercado negro".

A Constituição Política, plebiscitada grosseiramente, por modo que representa um atentado à consciência cívica da Nação, contem os "grandes princípios" que o Exército por certo acarinha, mas de que o Governo persiste em fazer letra morta, salvo quando pretende jogar uma cartada internacional...

O Exército não ligou o seu prestígio nem a sua autoridade -como o Governo insinua- às eleições-burlas, que deixaram o país atónito e nauseado; aos espancamentos das multidões que vitoriavam a Inglaterra e a América; às reformas sociais que ficaram no papel ou se atrapalharam na execução; às "grandes iniciativas" que serviram os interesses e os cofres duma minoria priveligiada; aos actos políticos "transcendentes" e aos "altos negócios do Estado" na inconsequência duma linha tortuosa, aventureira e maquiavélica, traçada com espírito oportunista, para que a "situação" perdurasse, apesar de tudo e contra

"EM NOME DO EXÉRCITO..."

(Cont. da pág. 2)

tudo...

O Exército não quiz, positivamente, ser comparsa na comédia do Governo quando este prometeu eleições livres -"tão livres como na livre Inglaterra"- mas se apressou a sufocar (pelos seus conhecidos "meios suasórios"...) a "oposição" que de norte a sul de Portugal se tornou eco, clamando pelo restabelecimento das regras democráticas e pelas liberdades fundamentais.

O Exército não cometeria a indignidade de referir que essas eleições eram para "inglês ver" ou que o Governo não abandonaria o Poder "nem a tiros nem a votos". Por isso, o Exército não aceitou essa farsada como uma vitória eleitoral, por mais que o Governo agitasse a bandeira do "28 de Maio".

E como não ha-de ter repugnado vivamente ao Exército a série de perseguições e vexames (de que foram vítimas alguns dos seus elementos) infligidos aos que, confiados na solenidade das promessas do Governo, assinaram as listas de adesão às reivindicações dos democratas!

Não pode o Exército, desde que repudie qualquer espécie de solidariedade com os governantes (ainda mesmo quando estes mais a afirmam pactuar com um Governo que comete constantes abusos de autoridade e desvios do poder, que faz das suas leis um trampolim, que nega os direitos mais elementares do Homem, que assenta a sua política no ludíbrio, que arma ciladas aos desprevenidos e aos de boa-fé, que engana mente com o mesmo despoder com que avaraça e mistifica.

Se o Governo -e só ele- é o árbitro absoluto do poder político, a sua acção de grupo não pode merecer o apoio do Exército.

Como poderia o Exército tolerar que um Governo, seu intérprete, se dispensasse de pôr a Nação ao corrente das suas actividades de maior projecção internacional -como nos casos da cedência de bases noa Açores e da admissão na O.N.U., de que se tomou um primeiro conhecimento pelas notícias divulgadas pelas agências estrangeiras ?

Como conceber que o Exército secundasse o acto do Governo,ao pretender para ser admitido no seio das Nações Unidas, sem prévia satisfação das condições mínimas fixadas no seu Estatuto, de essência democrática, sujeitando-se ao desaire da própria Nação Irmã (o Brasil)ter de esclarecer que o seu voto favorável era de consagração pelas virtudes cívicas dum povo, mas de modo nenhum significava a simpatia pelo regime político vigente ?

Como poderia o Exército admitir que todo um povo, pacífico e bem de tão brilhantes tradições liberais e tão cioso da sua honra nacional desmerecesse da confiança dos outros povos livres do Mundo, só porque o Governo teima em fechar-se no seu "casulo", indiferente ao "clima internacional"- no que se julga, por suas afirmações, com o "beneplácito militar" ?

O Governo fala do Exército -como se este fosse a União Nacional a Legião (os "camisas verdes"), o Clericalismo, a Plutocrácia,a Alta Finança.

Para invocar a representação do Exército, para se afirmar o depositário do "pensamento" da revolução do "28 de Maio", o Governo detaca para postos de comando político ou técnico alguns dos representantes das "forças armadas".

É este o segredo da estratégia governamental, para comprometer "manobrar" o Exército, no campo da batalha política.

É evidente que se fala, se exibe e se diz executar a obra do Exército, o Governo tem imperativa necessidade de demonstrar que o Exército está consigo.

Assim, o Governo tem-se servido de elementos militares para as mais "dedicadas" tarefas.

Do seu "quartel-general", o comandante-chefe do Governo,debruçado sobre os seus "planos secretos", distribue os militares pelas mais arriscadas missões: "guarda-avançada", tropa de "choque" e de "limpeza" boscadas", como para desbaratar o "inimigo". (Sim, o comandante-chefe na piedade misericordiosa dos seus sentimentos cristãos, largamente apregoadas, só vê inimigos -onde estão simples adversários políticos.

É ainda com os militares que estabelece as suas "testas de ponte" e faz os serviços de "policiamento"; deles se utiliza para as "

Na Polícia de Informações (de Vigilância do Estado...), na Censura à imprensa, a qualquer escrito público e a toda a actividade editorial, nos Tribunais Especiais (tribunais de excepção, para o julgamento de "crimes políticos" ou de "ideias contrárias à ordem social na "Legião", ou na "Mocidade" (formações de fardas vistosas, para p

"EM NOME DO EXÉRCITO..."

(Cont. da pág. 3)

texto de "paradas" ridículas, onde se pergunta e responde de braço estendido à maneira fascista -"quem é que manda"-.Nestes "fortins de resistência", são os altos cargos dirigentes confiados aos militares e é sobre eles que recai o odioso das funções, por sua natureza odiosas, e que o Governo fixou e impoz para a sua própria e exclusiva defeza.

Na Assexbleia Nacional (parlatório conventual onde abundam os "monges" e os "frades" e onde poucos são os "leigos"...), nos Organismos Corporativos ou de Coordenação Económica (onde elas se fazem, para o povo as pagar...), nas mais diversas Comissões Técnicas (comissões, consignações e conta própria...), na União Nacional, (partido político, decretado, instituido e disciplinado pelo Governo, como qualquer grémio ou sindicato...) -o Governo coloca sempre alguns militares,nestas "barricadas" de primeira linha, para que o Exército apareça identificado, aos olhos do país, com os seus métodos e processos de dirigir a política e a economia nacionais.

O comandante-chefe não dá tiro sem mira...

Pela administração pública e pelos corpos administrativos -e em especial nas zonas mais "minadas"- o Governo espalha militares para que estes, na execução das suas "ordens de serviço" as mais arbitrárias, ainda que "camufladas" de "operações de diversão", sejam apontados como os co-autores dos atropelos, das más vontades ou dos excessos do Poder Central.

As autoridades locais -trincheiras escalonadas por todo o país- são entregues, muitas das vezes, a militares, que recebem instruções para uma "acção combinada"- meros executores que para o vulgo se apresentam como agentes responsáis da "manobra".

E do seu "quartel-general", o comandante-chefe do Governo, vai anunciando, em seus "comunicados" as "posições" tomadas ou os seus "planos de envolvimento", a acalmia na "frente de batalha" ou os "inimigos" aprisionados... Ele que colhe os despojos e os louros da vitória! Ele é o "conquistador" e o herói -porque ele é o Chefe!

O país tem assim todo o aspecto de estar ocupado militarmente, com o povo contido, ao largo, pelo "arame farpado" e pelo "fogo de barragem".

Nos vários "sectores" da vida pública ou administrativa,o Governo procura, como se vê, a cooperação dos militares, usando dum artifício político para fazer crer que eles possuem liberdade de movimentos e autonomia de comando. No entanto, e de verdade, estes pequenos-estados-maiores devem obediência cega ao comandante-chefe do Governo.

O mesmo sucede no Concílio Ministerial, onde ele pontifica soberana e catedràticamente: nada se faz, nada se pensa, sem o seu acordo ou aplauso.

Os problemas que esperem, os Ministros que esperem, a Nação que espere. Ele está muito atarefado com a sua próxima arenga -para, uma vez mais, "embasbacar" os pacóvios ou doirar a ameaça aviltante de excluir do "quadro nacional, aqueles que lhe fazem perder a paciência".

A sua incomensurável vaidade (que levou o Snr. Ferro, para o popularizar, a figura-lo de "pobre diabo"), criou-lhe a psicose mística, exacerbou-se o seu fundo de seminarista: ele é o salvador, o enviado da providência, o abaixo-de-Deus! Hitler e Mussolini -os seus figurinos- tambem assim pensavam,E, ao que se viu, tudo era obra de Satanaz!

Senhor do seu nariz, sem família e sem lar, monástico e misantropo, apenas aprecia e cultiva a "Companhia de Jesus".

Fugido ao convivio dos seus semelhantes, ignora as misérias e durezas da Vida, os orçamentos domésticos deficitários, o racionamento de fome, os doentes sem assistência, a juventude frustrada.

Para contentar os militares, em estado de necessidade ou seus indefetiveis correligionários, ele os "sacrifica" nas comissões de serviço, com "sôldos melhorados".

Tudo agora nos parece claro e luminoso, para a compreensão da política nacional.

Ficamos a saber como e porquê o Govêrno, os seus membros e orgãos qualificados, se arrogam o direito de legítimos intérpretes e representantes do Exército.

O resto, completa o quadro geral: a entrega da Presidência da República a um dos elementos mais destacados das "forças armadas" e o rearxamento e equipamento destas.

É possivel que ao Exército agradem estas concessões, mesmo na certeza da sua eficiência muito relativa.

"EM NOME DO EXÉRCITO..."

(Cont. da pág. 4)

Para os da "situação" é que elas são indispensáveis para criar ambiente e possibilitar a "acção dirigida".

Quem escolhe e dispensa, ao sabor do seu capricho, os ministros, os deputados, os "mandões" da União Nacional; quem conduz, a seu belprazer, a política interna e externa; quem, do alto da sua omnipotência, dita as leis à plebe e é o árbitro do interesse nacional ?

Legionários: "quem manda ?"

É evidente que um Governo de civis, que tem o seu destino ligado aos militares, teria que erigir como Chefe da Nação um venerando ornamento do Exército. Mas, no caso, não se passa de figura ornamental...

Os "situacionistas" não se esquecem de identificar os dois "chefes", vitoria-los em comum, exibi-los lado a lado, acamarada-los nos grandes momentos... O Exército precisa de ter a impressão, ou importa dar-se-lhe a impressão -nos actos solenes-, de que é ele que está no "poleiro".

Mas, quanto ao Chefe do Estado, a oratória encomiástica não vai além das suas brilhantes tradições militares, da sua "fidalga maneira". O Chefe do Governo -êsse, sim, é o "Pai da Pátria", o herdeiro das virtudes ancestrais, de Afonso Henriques ao Mestre de Aviz, de João das Regras ao Marquês de Pombal, é o nome que ha-de ficar gravado na História, a "letras de oiro", é o "santo" que, por antecipação, fora pintado por Nuno Gonçalves nos seus paineis, é o estadista insigne que o mundo cobiça...

Pois não é certo, legionários e mocidade de Portugal, que é ele "quem manda ?"

Desejamos pensar que o Exército procede de boa-fé e é vítima duma certa deformação profissional. O seu conceito de disciplina e de cumprimento do dever, arrasta-o a colaborar com o Governo, como quem executa uma tarefa imposta pelos regulamentos.

Assim, não se dá conta dos propósitos traiçoeiros, das intenções reservadas, dos pensamentos calculistas do Governo.

Não se apercebendo da gravidade e alcance da colaboração que lhe é solicitada ou oferecida, o Exército, aceitando-a, contribue decisivamente para que o Governo se proclame seu mandatário, deixando que a sua força, a sua autoridade e o seu prestígio sejam postos ao serviço da Reacção Civil, para que ela se mantanha, se consolide e progrida.

Compreende-se, perfeitamente, a atividade interessada dos elementos militares, ligados ao Governo, por rasões materiais ou pessoais. Sempre é um meio de satisfazer vaidades ou interesses.

Mas estes, não são o Exército, por mais que o gritem sem descanso, fazendo-se eco das falas hipócritas dos governantes.

A atitude passiva dos outros militares é que firma a solidariedade com o Poder Central, é que vicia a ratificação dos actos do Governo, é que compromete o Exército aos olhos da Nação.

O Governo aproveita o equívoco -e mistifica.

O Governo ha-de continuar a dizer-se o intérprete, o representante, o mandatário do Exército -e este há-de continuar amarrado a todas as injustiças, arbitrariedades, violências, indignidades e tropelias do Governo.

Até quando -pergunta o País ?

Enquanto a parte sã do Exército não sacudir o jugo de Salazar, a mistificação continua...mesmo para além de Carmona!

Em Coimbra, aguarda a sua vez para sentar-se no "trono" presidencial o patriarca José Alberto dos Reis.

...E os clarins hão de tocar, de mistura com as salvas dos canhões e o "ronco" das sirenes de navios embandeirados em arco, para o anuncio estrondoso ao infeliz e triste povo português de que -EM NOME DO EXÉRCITO...

E a Nação e o Estado hão-de continuar a ser de Salazar até que o povo se decida pelo caminho da violência, cansado de aguardar a solução pacífica e honrosa que sempre lhe recusaram.

E com o país afogado em sangue, numa luta de morte, o tirano, na fuga precipitada para o convento, há-de acusar o Exército e dizer-se sua vítima, seu instrumento, seu bode expiatório...

Pensa o Exército que o povo deve atingir esse estado de deses-

"EM NOME DO EXÉRCITO..."

(Cont. da pág. 5)

pero e angústia que o leve à guerra civil ou à reconquista,pela força das armas, dos seus direitos humanos? Ou quere o Exército contribuir, decididamente, para a libertação pacífica do País?

Salazar -o Único- lamentou-se de que não podia deixar cair o Poder na rua.

Mas não foi da rua que ele recebeu o Poder, mas do Exército.

Ao Exército deve restitui-lo para que os militares honestos e dignos o entreguem aos legítimos representantes da Nação, depois desta, livre e conscientemente,manifestar a sua vontade perante as urnas.

Se se não segue por este caminho, serão aos portuguêses impostas as mais duras provações, EM NOME DO EXÉRCITO.

=/:/:/=

A REPÚBLICA CORRE PERIGO!

Quando no último número de "DEMOCRACIA" lançámos o nosso brado de "ALERTA REPUBLICANOS", sabiamos que o Sr. Fezas Vital não estava só, quando deu a sua entrevista ao jornal "A VOZ" sôbre a restauração monárquica.Como, então, dissemos,por detraz dêle,alimentando a campanha de traição à República,encontrava-se o Cardeal Cerejeira e o próprio governo da Nação.

Querendo bem informar o seus leitores, "DEMOCRACIA" não se poupou a esforços para descobrir a meada.Pode hoje dar a reportagem do que se passou num conselho de ministros anterior à famigerada entrevista do lugar-tenente do "rei" estrangeiro. Nêsse Conselho dos Altos Dirigentes do País, que, a-pesar-de tudo, continua sendo uma República,os ministros Cavaleiro Ferreira "o ex-rapazote", Santos Costa, Botelho Moniz e Lumbrales eram de opinião de que a restauração da monarquia se fizesse imediatamente,apoiada pelas forças armadas;que, para tanto,seriam ludibriadas com um simulacro de Golpe de Estado;o Ditador Salazar pretendia que se constituisse primeiro uma regência chefiada pelo Cardeal Cerejeira,à maneira da Grécia,fazendo-se a restauração por plebiscito em que se contassem os votos dos abstencionistas;Marcelo Caetano,Supico e Cancela de Abreu entenderam que se devia apalpar primeiro a opinião pública antes de se fazer a restauração,dando-lhe assim uma aparência de sanção popular,tanto do agrado dos nossos aliados. Só o Ministro da Marinha ficou silencioso!..

Dadas estas circunstâncias e conjugando-as com os acontecimentos políticos da Nação,desde o "28 de Maio",não podemos considerar morta a "causa monárquica".Esta causa não é a do Povo Português,sendo ela tambem contra os interesses das classes trabalhadoras;é,sim,a causa dos traidores que dispõem do Governo da Nação, e êles não hesitam em apunhalar a República na primeira oportunidade.

A sorte do regime está lançada. A República corre perigo e exige a nossa vigilância constante e a nossa decisão de a defendermos em todos os campos e em todas as condições. Fezas Vital, tão seguro está do apoio do govêrno da Ditadura que alude à situação da Grécia, onde a monarquia foi restaurada e o govêrno exerce o poder com o apoio das forças armadas britânicas. Esqueceu-se o "Lugar-tenente" do que se passa na Grécia, onde mesmo a presença das tropas britânicas não consegue evitar a Guerra Civil! Mas nós lembramos-lhe que entre nós as condições são outras. A monarquia está banida de Portugal há 36 anos. O nosso Povo ama a República; repudia a monarquia e nunca aceitaria ser governado por um estrangeiro com corôa ou sem ela! Se lh'a impozessem seria a Guerra Civil -a mais fraticida de todas as guerras,mas disposto a enfrenta-la para defender a República Democrática, humana e progressiva contra essa monarquia banida para todo o sempre de Portugal. Em questão de tal magnitude, não basta apenas a defensiva. E' preciso atacar. Devemos antecipar-nos à manobra governamental,do ouro e dos traidores, fazendo a nossa revolução,antes que êles consumam a perfídia de restaurar a monarquia!!

AVANTE!,pois, REPUBLICANOS E DEMOCRATAS CONTRA OS TRAIDORES que nos vexam e oprimem, querem aniquilar a República -o expoente mais alto das aspirações do Povo Português. NÓS NUNCA SEREMOS VENCIDOS, porque a República é a causa dos trabalhadores e de todos os homens livres do nosso País. A grande massa do Exército e das Forças Armadas está conosco em defeza da República. UNIDOS VENCEREMOS A CAMARILHA FASCISTA-CLERICAL DE TRAIDORES!!!

ENVIE A OFICIAIS E SARGENTOS.